

APRESENTAÇÃO

50 ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: ACONTECIMENTO, TESTEMUNHO E NARRATIVA

Cinquenta anos depois da alvorada do dia 25 de abril de 1974 e dos novos ventos que vieram com ela, o presente número da revista *Metamorfozes* recupera e debate este que foi um dos acontecimentos mais marcantes da história portuguesa contemporânea. A noção de acontecimento vem a propósito, por permitir evocar um fato em si, mas também, e é sobretudo disto que se trata aqui, a sua recepção: o modo como a Revolução dos Cravos foi vivida, lembrada, narrada e ficcionalizada.

A própria definição de acontecimento pode revelar-se uma tarefa complexa, numa época que é particularmente “consumidora de acontecimentos”¹ – pensemos na quantidade de eventos individuais e coletivos que são mediatizados como grandes acontecimentos – e num contexto em que o termo tem sido utilizado como ferramenta de reflexões teóricas e práticas em domínios como a Matemática, a História, a Psicanálise e a Sociologia.² A complexidade e a pluridisciplinaridade do acontecimento servem aos objetivos deste número, que parte de um sentido lato do termo, tornado estrito em alguns contextos; que faz dialogar áreas e obras diversas; que se preocupa, em especial, com a já referida recepção do 25 de abril, expressa nas outras duas palavras-chave do dossiê temático, testemunho e narrativa.

Na área da Literatura, também, o acontecimento é um elemento crucial, associável ao desencadeamento da ação, ao clímax, à transformação de uma personagem, ao desfecho etc. Se a reflexão é válida para uma infinidade de narrativas, ela assume contornos mais específicos e permite associar produções variadas quando dado acontecimento histórico as propulSIONA e as atravessa, como é o caso da Revolução dos Cravos. As últimas cinco décadas das literaturas dos países de língua portuguesa são, inevitavelmente, marcadas por aquele dia decisivo, pelos seus desdobramentos políticos e sociais, assim como por percepções e sentimentos partilhados, da euforia esperançosa, nomeadamente no início, a certo desencanto ulterior diante de promessas não cumpridas e de estruturas e mitos recriados.

No âmbito dos estudos luso-afro-brasileiros da Cátedra Jorge de Sena da Universidade Federal do Rio de Janeiro, propôs-se, portanto, o desafio de analisar a presença

¹ “Notre postmodernité est tellement consommatrice d’événements” (Danvers, 2006, p. 15).

² Para uma reflexão aprofundada sobre o conceito de acontecimento e uma definição em cada uma das quatro áreas referidas, ver Michèle Leclerc-Olive, 1997, p. 31-57.

desta revolução tão conseqüente na produção cultural dos países de língua portuguesa, desafio este muito bem acolhido, como se verá, pelos trabalhos que compõem este número, por oito autoras, dois autores e um entrevistado.

Os dez textos que a seguir se lerão tratam de um *corpus* representativo do tema deste dossiê, contemplando desde criações feitas na esteira daquele “dia inicial inteiro e limpo”, perpetuado nos versos de Sophia de Mello Breyner Andresen, até produções recentes. A literatura e a poesia portuguesas são o alvo dos seis textos que compõem a primeira seção, a que se seguem dois artigos relacionados à recepção do 25 de abril no Brasil e outros dois textos associados aos contextos moçambicano e angolano.

O primeiro artigo, “Carnavalização da Revolução em *Fado alexandrino* de António Lobo Antunes”, de Agnès Levécot, abre o dossiê com uma análise sobre aquele romance de 1983, emblemático do já referido desencanto com o saldo da revolução e conhecido pela sua abordagem irônico-paródica das suas personagens. É sublinhada a estratégia do autor de não apenas abordar diretamente o tema da Revolução dos Cravos, mas de apresentar personagens em contato direto com o acontecimento, num exercício de reinvenção das “pequenas histórias da História [...], hostil ao discurso dominante da época que construiu um mito acerca da Revolução dos Cravos em que foi enaltecido o golpe militar e foram heroicizados os seus atores”, e com uma estética bakhtinianamente caracterizada pelo excesso e pelo exagero.

O ensaio seguinte, de Ana Paula Arnaut, estabelece pontos de contato com essa análise ao tratar de uma obra de 2022 em “*As sombras de uma azinheira* (Álvaro Laborinho Lúcio): metamorfoses da Revolução de Abril”, que repensa os sentidos dos versos e das sombras da revolução a que se associou a emblemática canção de Zeca Afonso tocada na madrugada do 25 de abril. São analisadas tanto as indagações filosóficas quanto as estratégias narrativas que estruturam o romance de Laborinho Lúcio, com destaque para o modo como a História atravessa a trama ficcional, lida como um “um espelho que reflete, de forma tão incisiva quanto mordaz e certa, o que foi e o que é a realidade de uma Revolução que, para bem ou para mal, formatou hábitos, mentalidades, ideologias e identidades”.

Outro romance da década de 1980 é o alvo da análise de Carlos Henrique Fonseca em “Hélia Correia, a palavra como revolução”, que se debruça sobre a obra *Villa Celeste* (1985) e sobre a sua protagonista Teresinha Rosa, figura marginal que abre espaço para pensar outras possibilidades de renovação. Lida a partir da figura do idiota, e inserida num contexto histórico que vai do Estado Novo à Revolução, a personagem desestabiliza e desconcerta convenções e expectativas, surpreendendo pela sua generosidade e

engajando-se em prol do outro, nesse processo rompendo “com uma exclusão histórica e social ao construir uma pequena pátria que, se não foi possível de todo no tempo referencialmente histórico, concretizou-se pelas linhas da ficção”.

Passamos à década de 1990 em “Sem a certeza da casa: morada e discurso em Lídia Jorge”, de Letícia Nery, que aproxima e analisa o romance *O vale da paixão/A manta do soldado* (1998) e o conto “Marido” (1997). A comparação das duas narrativas é feita em torno do tema da casa como espaço-chave que condensa uma série de sentidos sociais, associável, no presente caso, a uma posição historicamente marcada da mulher e a valores e costumes defendidos e propagados pelo salazarismo. Em ambas as tramas a casa surge como um “palco de opressão e violência”, expresso inclusive em termos arquitetônicos, em chave de leitura oposta à conhecida imagem construída pela canção “Uma casa portuguesa”, imortalizada na voz de Amália Rodrigues. É nesse espaço e na sua construção romantizada que se desenvolve a luta das personagens de Lídia Jorge, com desfechos diferentes, mas num esforço comum em “sair da passividade” que passa pelo discurso, pela busca de uma “voz própria”.

A ficção de uma terceira escritora portuguesa é estudada por Mafalda Soares em “Poéticas do silenciamento no romance *O retorno* de Dulce Maria Cardoso”, que permite ampliar a reflexão sobre as personagens e as transformações do 25 de abril. A ênfase da análise é colocada nos silêncios e nos silenciados do período imediatamente posterior à Revolução, marcado por tensões e pela chegada daqueles que ficaram conhecidos como retornados, provindos sobretudo de Angola. De Luanda a Lisboa, vemos que o espaço histórico-geográfico se revela definidor das possibilidades e dos destinos daquelas personagens, numa obra que “dá conta de dois climas bastante instáveis aos quais os protagonistas do romance são obrigados a adaptar-se” e em que se cruzam o “microcosmo” de uma família envolvida no turbilhão dos acontecimentos e o “macrocosmo do pós-25 de abril”.

O tema da casa retorna, numa perspectiva bastante diferente, no último artigo desta seção, “Sophia e a desalienação cultural: arquitetar casas belas”, de Marta Pais Oliveira, que realça o compromisso ético e político inerente à poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen. Consciente de que “sem uma morada onde permanecer, o sujeito desintegra-se” (ressonância de Ruy Belo), a escrita de Sophia, caracterizada pela paixão pelo mar, terá, agora, o seu olhar voltado para a terra, ao anunciar a importância da arquitetura para um pleno viver existencial. Pais Oliveira recupera, entre outras coisas, o tratado do período greco-romano *De Architectura*, de Marco Vitruvius, cuja tríade (firmeza, funcionalidade e beleza) “possibilita o estar poeticamente no mundo ao implicar uma integração harmoniosa do corpo no espaço”. Inerente ao manifesto de Sophia “Poesia e

Revolução”, tal ideia permite afirmar que “a palavra é resistência e fundamento, como casa térrea, do sonho” e que ainda há “muitas construções e revoluções por cumprir”.

A segunda seção da revista, ao atravessar o oceano Atlântico, recupera o olhar brasileiro de Chico Buarque e a sua sedução pelo cravo vermelho através da sua composição musical “Tanto Mar”, inspiração lírica e política para os artigos de João Alencar e Cinda Gonda. Ambos os articulistas navegam pelas duas versões da canção, escritas em tempos diferenciados e passíveis de refletir os (des)caminhos da Revolução tão sonhada e desejada. Em comum, a alusão à ditadura militar instaurada no Brasil e a estratégia do compositor para driblar a censura imposta.

Em “Tanto mar (1975): extensão e profundidade histórica em uma canção circunstancial de Chico Buarque”, de autoria do primeiro pesquisador citado, a alusão “ao acúmulo de contradições no âmbito político e social” e à “situação-limite em que então vivia o povo brasileiro” transforma-se em um “convite à ação transformadora” e desvela a “constelação histórica interligada” luso-brasileira. Ao retomar, entre outras referências bibliográficas e culturais, a metáfora da “Primavera dos Povos” (1848), João Alencar demonstra como tal imagem torna-se “capaz de abarcar o contexto da periferia do capitalismo em suas lutas”.

Em “25 de abril: a Revolução da fraternidade”, Cinda Gonda também comenta a letra da segunda versão de “Tanto Mar”, aludindo à “decepção” e à “traição” relacionadas ao processo político português (“Já murcharam tua festa, pá / Mas certamente / Esqueceram uma semente / Em algum canto do jardim”) e ressaltando ao mesmo tempo a presença de “um velho cravo renitente”, guardado na memória e no inconsciente do autor – imagem sobrevivente daquilo que poderia ainda vir a florescer no nosso país em um momento propício politicamente. As reflexões críticas da autora do artigo navegam por outros tantos mares ficcionais e artísticos, nas referências a determinadas músicas e a diversos autores portugueses e africanos, vozes cúmplices na indignação, revolta e denúncia de um Estado opressor, desejosas da instauração da liberdade e da democracia.

A proposta interdisciplinar do periódico *Metamorfozes* afirma-se, na terceira seção deste número, através dos olhares africanos sobre o 25 de abril de 1974. Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco, Rita Chaves e João Melo (escritor entrevistado), ao recuperarem os “fantasmas e fantasias imperiais” (Ribeiro; Ferreira, 2003) retidos no imaginário colonial e pós-colonial africano, colocam em cena outras margens do mar: Angola e Moçambique.

A primeira ensaísta citada contribui para essa reflexão crítica em “Mia Couto e o sonho de um outro vinte e cinco”. Ao proceder à análise literária do romance *Vinte e zin-*

co, do escritor moçambicano Mia Couto, Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco ressalta uma escritura alegórica que, numa clara ressonância benjaminiana, é “capaz de dramatizar os fantasmas produzidos pelo colonialismo”. Entre outros aspectos, o resgate das tradições moçambicanas, negadas pelo racionalismo do colonialismo redutor, inscreve a recuperação dos sentidos humanos e éticos tão caros a Mia Couto. Ao final de *Vinte e zinco*, o “escritor-reconstrutor da esperança”, após resgatar a utopia de libertação da nação africana do jugo colonial, registra a “espera de um outro vinte e cinco, o 25 de junho de 1975, data da independência moçambicana” que pressupunha “a construção de uma sociedade mais justa, pautada pela dignidade, pela ética e pelo respeito humano”.

Por sua vez, a contribuição de Rita Chaves sublinha a proposta multicultural da trajetória intelectual do escritor angolano João Melo, com ênfase na sua percepção sobre os 50 anos do 25 de abril, sobre o quadro político e os resíduos do sistema colonial e sobre as contradições e os laços entre Brasil e África. A entrevista possibilita a João Melo manifestar as suas ideias a respeito de inúmeras questões prementes, que transitam da utopia para o desencantamento e questionamento do mundo que nos cerca. Entre elas, destacam-se a importância das lutas de libertação nacional para a deflagração da Revolução de Abril, aliadas a outras necessidades, desejos e pressões; “a falta de competência estratégica às lideranças de Angola e Portugal para estabelecerem relações inovadoras e vantajosas”; a necessidade de um novo redesenho geopolítico mundial, a partir da “aliança estratégica entre o Brasil e a União Africana”; a constatação de uma nostalgia colonial que aflora no avanço da direita em Portugal; as relações problemáticas entre portugueses e africanos, que envolvem “preconceito, complexo de superioridade, rancor, condescendência e paternalismo”; “a falta de visibilidade e a escassa representatividade institucional dos portugueses negros e de ascendência africana”.

As reflexões de João Melo, a par com as de outros escritores recuperados neste número da *Metamorfozes*, destacam, enfim, a importância da poesia e da literatura, capazes de inscrever a experiência política e social aliada à forma estética da linguagem. Os leitores da revista poderão comprová-lo nos textos aqui presentes, que celebram, à sua maneira, um acontecimento sobre cujo impacto não há dúvidas e sobre o qual ainda há muito a dizer.

Sara Grünhagen
Ângela Beatriz de Carvalho Faria

Referências

DANVERS, Francis. Regards croisés sur l'événement. **Pensée plurielle: parole, pratiques et réflexions du social**, n. 13, p. 13-20. DOI: <https://doi.org/10.3917/pp.013.0013>.

LECLERC-OLIVE, Michèle. **Le dire de l'événement (biographique)**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1997.

RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (orgs). **Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.